

**TAYLOR, Craig. *Moralism: a study of a vice*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2012**

Craig Taylor é professor de filosofia na Universidade de Flinders, Austrália, onde leciona ética aplicada e psicologia moral. É membro da Associação Australiana de Filosofia, do Centro de Ética no Sul da Austrália, da Sociedade Wittgenstein Britânica e da Sociedade Britânica para Teoria Ética. Publicou em 2002 o livro *Sympathy: a philosophical analysis* e co-editou *Hume and the Enlightenment*.

O tema moralismo tem despertado algum interesse no campo da ética aplicada e da metaética desde a publicação de um conjunto de artigos no *Journal of Applied Philosophy* em 2005, posteriormente organizado na forma de livro por C. A. J. Coady, intitulado *What's wrong with moralism?* [O que há de errado com o moralismo?]. Em 2006, Coady também publicou *Messy morality: the challenge of politics* [Moralidade bagunceira: o desafio da política], um exame da polêmica em torno do moralismo no âmbito da teoria política.

Como faz Coady, no seu livro de 2006, vários outros teóricos têm tratado o moralismo no âmbito de disciplinas específicas, tais como: direito, estética, jornalismo, ciência da informação e educação. O diferencial do livro de Craig Taylor é a sua pretensão de oferecer um tratamento filosófico para o moralismo a partir ponto de vista da ética, mais precisamente, do ponto de vista de dois subcampos da ética: o da ética aplicada e o da metaética.

A questão que o autor pretende enfrentar não é a de como criticar e condenar a conduta moralista como uma conduta moralmente errada ou reprovável, mas recuar e examinar o sentencialismo moralista de uma perspectiva mais ampla, considerando a natureza do pensamento e do raciocínio morais. Um exercício de revisão e ampliação da própria noção de moralidade que nos obriga a rever os aspectos envolvidos no julgamento e na crítica moral. Cabe dizer, Taylor não pretende tratar o moralismo do ponto de vista da ética normativa porque o seu interesse é mais propriamente descritivo do que prescritivo, mais analítico que recomendatório.

A variedade das acepções do termo ‘moralismo’ é reveladora da complexidade do tema e da dificuldade de tratá-lo em termos de um tipo específico de prática. Por essa razão, o autor prefere considerar o moralismo como um complexo de diferentes tendências humanas que se mostra resistente a qualquer exercício de redução. Para Taylor, o moralismo indica certos tipos de defeitos nas maneiras como respondemos às condições daqueles que são os alvos da nossa crítica moral. O moralismo é uma forma errada de pensamento moral, principalmente, em relação à forma como

consideramos a importância de outros valores não-morais na nossa concepção de uma vida humana valorosa. O ponto da questão é que o julgamento e o raciocínio morais envolvem outros elementos além da correta aplicação de conceitos, teorias e princípios a ações, pessoas e eventos; envolvem, por exemplo, um conhecimento sobre *como* guiar o processo o pensamento moral, *quais* elementos considerar, mais do que o mero reconhecimento de que uma dada situação é um caso que se ajusta ao significado de um determinado termo moral. Para Taylor, os defeitos associados ao moralismo podem ser considerados uma espécie de falha de caráter; daí o subtítulo da obra: “o estudo de um vício”.

Diferentemente dos cognatos ‘moralizar’, ‘moralizador’, ‘moralizante’ e ‘moralização’, que normalmente são empregados num sentido positivo, ou pelo menos neutro, os termos ‘moralista’ e ‘moralismo’, na língua portuguesa, são empregados quase sempre num sentido pejorativo. Cabe notar, quando ‘moralismo’ é empregado num sentido próximo ao de ajustar a conduta a preceitos morais, ao de simplesmente defender valores morais ou, ainda, à tendência a tratar quaisquer assuntos a partir de uma perspectiva moral, o seu uso parece ser praticamente sinônimo de moralização e, nesses casos, o termo tem um sentido neutro ou positivo. De todo modo, no uso comum é mais frequente o seu emprego num sentido pejorativo. Ter em mente tais distinções é importante porque em língua inglesa o termo ‘*moralist*’ refere-se àquele que prega o moralismo no sentido neutro ou positivo referido acima, ao contrário do seu correlato em língua portuguesa ‘*moralista*’. Inversão que se observa também em relação ao termo ‘*moralizer*’ que na língua inglesa está associado a um sentido pejorativo; um defeito, um vício moral, tal como sugere o subtítulo do livro de Taylor.

A obra está dividida em sete capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Moralismo e vícios relacionados”, Taylor define o moralismo em termos de certos tipos de falha no agir e no pensamento morais decorrentes de certos defeitos de caráter. Daí o uso do termo ‘vício’, por contraposição a ‘virtude’, seguindo a famosa distinção aristotélica.

Antes de avançar na caracterização do pensamento moral e apontar os defeitos associados, o autor procura distinguir sua abordagem (a do moralismo como vício) de outras formas de moralismo em que o termo designa mais diretamente certas convicções e posicionamentos teóricos em algumas áreas do conhecimento. O autor reconhece que em alguns desses usos, como é o caso do moralismo legal e o do moralismo estético, há alguma conexão com a concepção que ele pretende defender. Há ainda outros usos do termo moralismo em debates acadêmicos que se aproximam mais da concepção que ele pretende defender; principalmente, quando o termo tem a

conotação de falha. O exemplo oferecido por Taylor, nesse caso, é o uso que Bernard Williams faz do termo para criticar algumas concepções filosóficas que adotam uma posição moralizante da vida. Para Williams, uma apropriada concepção de vida humana exige o reconhecimento de que nem todos os aspectos da vida devem ser condicionados pelas demandas da moralidade

Ao discutir outros vícios relacionados ao moralismo, Taylor sustenta que o moralismo pode incluir, por exemplo, uma atitude hipócrita, mas é perfeitamente possível que alguém seja moralista sem ser hipócrita. Outro vício associado ao moralismo é a presunção. Para o autor, a superioridade arrogada pelo presunçoso pode ser de natureza moral, mas não exclusivamente. Uma pessoa presunçosa pode sustentar a sua superioridade com base em outros aspectos, como a erudição, por exemplo; e, desse modo, ela pode ser presunçosa sem ser moralista.

No segundo capítulo, intitulado “A Letra Escarlate: um conto de fragilidade e tristeza”, Taylor recorre ao livro homônimo do romancista Nathaniel Hawthorne, publicado em 1850, para ilustrar a sua tese de que o julgamento moral apropriado vem acompanhado de um conjunto de sentimentos e emoções; tais sentimentos e emoções são respostas manifestadas pelo julgador em relação à condição daquele que está sendo julgado, e são, normalmente, sinais de sentimentos de simpatia e piedade. Para ilustrar esse ponto, Taylor destaca as situações das personagens Hester, culpada de adultério e condenada pela comunidade puritana a carregar uma letra ‘A’ bordada nas vestes à altura do peito, e o sr. Dimmesdale, o líder religioso da comunidade cujo crime de adultério não fora descoberto, mas que sofre privadamente pela culpa e pela falta de coragem de assumi-lo publicamente. Hester assume a responsabilidade pelo seu crime e está ciente dos limites da sua culpa, mas falta à comunidade uma resposta apropriada à situação de Hester e é exatamente isso que torna a comunidade moralista. Falta à comunidade retratada no romance o mesmo que nos falta ao julgarmos o comportamento do sr. Dimmesdale: um sentimento de piedade em relação ao criticado. A piedade, a simpatia e outras respostas relacionadas ao reconhecimento do sofrimento do outro, argumenta Taylor, são exigências de uma visão apropriada da moralidade. Tais sentimentos são respostas à condição do outro e podem ser vistas como “primitivas” tanto porque desempenham o papel na compreensão do sentimento do outro, quanto porque são respostas imediatas e espontâneas, não-pensadas.

No capítulo 3, “confiar em si mesmo” [*trusting oneself*], Taylor segue explorando a conexão entre as respostas primitivas e a moralidade. A tendência ao comportamento moralista poderia revelar, sugere o autor, uma falta de confiança própria quanto à pertinência dessas respostas primitivas. Um moralista tende a excluir ou a desconsiderar tais sentimentos do seu processo de

pensamento moral. Taylor reconhece que, em muitos casos, o reconhecimento da pertinência dessas respostas à condição do outro não é imediato porque as respostas primitivas nem sempre são claras e diretas. O exemplo empregado pelo autor para apresentar esse ponto é o da exposição, na Austrália, dos trabalhos do fotógrafo Bill Henson, em 2008. As imagens de uma menina de doze e de outros adolescentes nus provocaram uma reação em alguns setores que condenaram as imagens pelo conteúdo sexualizado e por serem obscenas e ofensivas; além da acusação de exploração dos adolescentes. Os defensores de Henson rebateram os críticos com o argumento de que estavam provocando um “pânico moral” exagerado uma vez que a maioria dos críticos não se manifestava da mesma forma em relação às revelações de abusos sexuais de crianças em várias instituições ou em relação ao fácil acesso à pornografia infantil disseminada clandestinamente na internet. Para alguns, a publicidade da intimidade seria uma espécie de invasão da privacidade dos menores. Essa crítica foi rebatida com o seguinte questionamento: se os menores e os pais não viam o trabalho de Henson como erótico e autorizaram a realização das sessões de foto e a publicidade, não há que se falar em violação da privacidade.

Para Taylor, uma das características mais específicas da moralidade é a dificuldade que ela nos impõe no que diz respeito à condução rigorosa do pensamento moral; isso colocaria sobre todos a necessidade de um exame crítico e honesto sobre si mesmo. Mais do que disposição para criticar os outros, a moralidade exige coragem para examinar criticamente as próprias ações, bem como as próprias respostas e motivações e esse ponto é ilustrado com uma análise do Caso Ern Malley. Trata-se de um caso ocorrido também na Austrália envolvendo dois críticos literários e o editor da revista modernista *Angry Birds*. Com a intenção de denunciar o valor excessivo que a revista conferia às criações sem sentido, os dois críticos criaram uma obra poética empregando frases aleatórias recolhidas de enciclopédias e atribuíram-na a um desconhecido poeta chamado Ern Malley. O caso tomou algum vulto e a polícia passou a investigar o conteúdo de um dos poemas em virtude da ocorrência da frase “estupro imperdoável”. O absurdo da atitude moralista do investigador de polícia e a completa falha na condenação do autor fictício tornaram-se evidentes e, por algum tempo, motivo de risos, quando foi revelada a natureza fictícia do autor dos poemas. Em seguida, Taylor discute a polêmica obra de Nabokov, *Lolita*, para considerar que devemos reconhecer a dificuldade que temos em lidar com a ambiguidade presente na obra de arte e para sugerir que talvez a melhor forma de tratar essa questão e compreender o significado de uma obra de arte seja exatamente examinar refletidamente a complexidade das nossas respostas morais a ela. Um moralista, argumenta Taylor, é incapaz de aceitar a responsabilidade que a abertura

interpretativa nos impõe, o que revelaria uma espécie de medo de si mesmo. Um medo de não saber o que pensar quando ele sente que deveria sabê-lo ou um querer confiar no próprio julgamento mediado pelas suas próprias respostas que, contudo, podem ser muito incertas.

Nos capítulos 2 e 3, Taylor havia examinado certas distorções daquilo que pode ser entendido como uma visão ou compreensão adequada da moralidade e suas exigências. No capítulo 4, ele volta a atenção para um tipo mais amplo de distorção no pensamento moral: a *weening morality* [moralidade presunçosa]. Ele pretende mostrar que certas concepções de moralidade podem, elas mesmas, distorcer o nosso entendimento acerca do significado mais profundo de alguns dos valores humanos mais significativos. O ponto de partida é a famosa crítica feita por Bernard Williams às teorias éticas normativas baseadas na imparcialidade. Williams sustenta que certas concepções de moralidade nos impõem demandas excessivas em nome de uma imparcialidade e nos exigem até mesmo o sacrifício daquilo que podemos considerar como sendo os nossos projetos-base, aqueles que nos fornecem a força-motivo que nos impulsiona adiante na vida e nos dá uma razão para viver. Considerando as demandas impostas por concepções de moralidade imparcialistas, como o utilitarismo e o kantismo, podemos nos deparar com uma situação em que seria pouco razoável abrir mão de um projeto, principalmente em se tratando de algo que é uma condição para se ter uma razão para estar no mundo, em nome de um bom ordenamento imparcial e ideal do mundo dos agentes morais. Uma concepção de moralidade que nos exige o sacrifício de relacionamentos pessoais e de projetos que nos são caros e que nos fornecem uma razão para viver é, na visão de Williams, excessivamente exigente. Uma importante consequência da visão imparcialista da moralidade é que, uma vez aceita essa concepção, somos obrigados a aceitar também a exigência de uma justificativa para a parcialidade nas nossas decisões. Taylor não recusa a ideia de que algum tipo de imparcialidade seja relevante para a moralidade, mas apenas a maneira como essa concepção equaciona o conflito entre a parcialidade e a imparcialidade e a exigência de que o conflito seja resolvido sempre em favor da imparcialidade. Equacionar o conflito entre cultivar amizades e trabalhar para eliminar a fome do mundo e conferir maior peso moral ao último é ignorar o valor interno ao relacionamento entre amigos e o papel que isso tem para uma vida humana significativa e completa. Uma alternativa à abordagem imparcialista, defende o autor, seria o reconhecimento da simpatia, não meramente como um sentimento, mas como uma daquelas respostas primitivas constitutivas de uma concepção de moralidade. Nesses termos, fome no mundo e amizade não seriam pensados em termos de uma analogia (consideração por um *vs.* consideração por muitos), mas em termos de extensão (proximidade ou distância). O abandono do ponto de vista

imparcialista em favor da visão de uma concepção de moralidade em termos de atenção às respostas primitivas pode abrir possibilidades para pensarmos a natureza dos conflitos entre valores morais e outros valores como o humor, a beleza e outros valores estéticos.

O capítulo 5 é uma tentativa de mostrar como podemos enriquecer a nossa concepção da moralidade e as nossas maneiras de pensar e refletir moralmente. Taylor pretende mostrar que o moralismo é uma visão reducionista da moralidade e para isso ele retorna à ideia de que a moralidade envolve uma capacidade de oferecer uma “resposta apropriada” que ele havia apresentado no capítulo 2. O primeiro passo é notar um ponto que vem sendo destacado por vários filósofos morais: a moralidade não é meramente um processo de julgamento e condenação ou absolvição, mas envolve também outros modos de pensar. Além da capacidade cognitiva de proceder à aplicação correta de conceitos às situações adequadas, a moralidade exige também certas capacidades emocionais. Além da manifestação de um sinal em resposta à condição de quem está sendo julgado, e mais do que uma mera compreensão do caráter do outro, o pensamento moral adequado exige também uma sensibilidade para o reconhecimento da própria posição em relação àquele está sendo julgado. Para ilustrar esse ponto, Taylor recupera o argumento de C. Diamond contra visões que reduzem o pensamento moral a asserções e argumentos. Diamond sustenta que um pensamento moral requer também um exercício de ampliação das nossas sensibilidades morais. O desenvolvimento dessas capacidades, ou a ausência delas, no processo do pensamento moral tem tanto implicações sobre a capacidade própria de reflexão crítica quanto implicações práticas.

No capítulo 6, Taylor mantém o objetivo de ampliar a nossa concepção do que seria um processo de pensamento moral adequado. O autor coloca em questão a tese universalizabilidade dos juízos morais recorrendo às considerações elaboradas por Winch quanto ao fato de que há uma classe de juízos morais que não são universalizáveis. Quando um agente moral profere um juízo sobre o que ele pensaria ser correto numa dada situação ele está proferindo um juízo hipotético sobre a sua própria pessoa. Isso significa assumir que, para julgar o outro, o agente deve ter uma capacidade de julgar a si próprio. A objeção refere-se basicamente ao fato de que pode haver diferentes identidades morais, de modo que um valor ou uma ideia moral pode não ter o mesmo peso para dois agentes com identidades morais diferentes. Incentivar alguém a fazer aquilo que para essa pessoa é moralmente errado, que para ela significa “não se deve fazer”, é forçá-la a trair o seu próprio caráter moral.

No capítulo final, intitulado “moralismo público”, Taylor retoma a polêmica, discutida por Coady em *Messy morality*, acerca de uma compreensão adequada do lugar da moralidade na

política. Nessa polêmica, o alvo é sempre o chamado realismo político. Tanto Coady quanto Taylor consideram que a acusação de moralismo disparada pelos realistas políticos às posições denominadas idealistas é, em larga medida, decorrente de uma visão distorcida sobre a própria moralidade. Os realistas levantam objeções mais contra o moralismo na política do que contra a moralidade adequadamente compreendida. O foco de Taylor é o conflito entre as exigências da moralidade comum, as nossas convicções morais mais arraigadas, e as exigências da ação política. Esse tipo de conflito não pode ser compreendido apropriadamente como um dilema moral se admitimos que a característica central de um dilema é a de que, qualquer que seja a escolha, ela será errada. Alternativamente, podemos pensar a situação do político como um conflito interno à moralidade ou um conflito entre as exigências da moral e as exigências de algo externo à moralidade. Nesse ponto, o autor responde apelando novamente à crítica de Bernard Williams às visões imparcialistas. Taylor defende que o primeiro passo é reconhecer que as exigências da moral ordinária frequentemente conflitam com as exigências de outras áreas e que o conflito em questão não deve ser pensado como um conflito interno à moralidade. Pensar que a moralidade de certas medidas ou ações de um governante não é meramente uma questão sobre como essa medida ou ação se conforma às demandas da moralidade comum é um erro. Nesse tipo de julgamento devemos ter em mente que a condução do papel reservado ao governante a um bom termo envolve também o atendimento de certas exigências que conflitam com a moralidade ordinária. Em muitos casos, conflitos dessa natureza não podem ser resolvidos satisfatoriamente; no entanto, a forma como pensamos a moralidade pode repercutir sobre a forma como pensamos o próprio conflito. Taylor aponta três visões sobre o conflito: primeira, a visão defendida por Coady e os realistas políticos, o escopo e demandas da moralidade devem ser considerados limitados. Segunda, assumir que o escopo da moralidade abarca as exigências políticas e que os conflitos existem, mas nem sempre podem ser resolvidos. Terceira, assumir que o escopo da moralidade abarca as exigências políticas e que considerações morais devem sempre prevalecer. O autor obviamente rejeita as duas alternativas extremas e defende, como Williams, que os líderes políticos nem sempre podem evitar resolver o conflito em favor das exigências da política e do cargo, ao invés das demandas da moral. Se o conflito é compreendido dessa forma, a crítica e o protesto públicos são mantidos dentro de certos limites não reconhecidos pelo moralismo e isso, conclui Taylor, é essencial para a manutenção do engajamento e da participação na vida política da sociedade.

Taylor conclui a obra assumindo que o furor do Caso Henson foi um dos principais motivos que o levaram a escrever a obra, principalmente porque o caso evidencia que a moralidade exige

algo mais que simplesmente apontar o dedo e condenar e que o moralismo está associado à nossa falha em não reconhecer esse conteúdo a mais exigido pela moralidade. Recorrendo novamente à literatura, o autor encontra em *O Idiota*, de Fiodor Dostoiévsk, especificamente na figura do próprio Príncipe Mishkin, um caso emblemático de alguém que, a despeito da inteligência e sagacidade, reúne as principais falhas de caráter atribuídas ao moralismo.

Considerando a tarefa que Taylor se impõe, a ampliação da nossa visão sobre a moralidade a fim de apontar os tipos de falhas às quais o moralismo está associado, seria de se esperar que Taylor considerasse ou examinasse pelo menos outros dois tipos de postura ou tendências de comportamento: primeiro, quando a condenação moral severa é autoaplicada; e, segundo, quando a condenação moral é aplicada ao outro e, a despeito da severidade e da insensibilidade, ela produz o efeito positivo de motivar mudanças de comportamento ou de possibilitar que os efeitos negativos de certas limitações morais sejam contornados. Esse último ponto foi sugerido por Benjamin Lovett, no artigo *A defense of prudential moralism*, também publicado na coletânea *What is wrong with moralism?* organizada e editada por Coady. A leitura do moralismo empreendida por Taylor parece não reconhecer espaço para tais possibilidades que, na ausência de um termo melhor, poderiam ser consideradas como formas de moralismo positivo.

A ideia de uma concepção de moralidade mais abrangente que incorpore certos sentimentos e certas capacidades emocionais parece atraente. Na sua recusa às abordagens tradicionais, o autor articula bem, em favor da sua posição, as críticas ao imparcialismo moral, à universalizabilidade dos juízos morais e à visão racionalizadora da moral (respectivamente, Williams, Winch e Diamond). No entanto, a generalidade com que são apresentados os tipos de respostas primitivas e a necessidade de um constante apelo à literatura para ilustrar as sutilezas da sua posição não tornam mais atraente o texto. Por vezes, Taylor ensaia um apelo mais direto a estudos envolvendo psicologia moral, mas não segue adiante; e essa é, talvez, uma das suas pequenas falhas.

*Prof. Dr. Rogério Antônio Picoli*  
(UFSJ – São João del-Rei – MG – Brasil)  
[rogerpicoli@hotmail.com](mailto:rogerpicoli@hotmail.com)

Data de registro: 20/02/2013

Data de aprovação: 28/02/2013